

LEI MUNICIPAL Nº 2544/2.013

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, POR PRAZO DETERMINADO, PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.”

Projeto de Lei nº 2837/2013

(Autoria: Prefeito Municipal)

O Povo do Município de Conceição das Alagoas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal, por tempo determinado, sob o regime de direito público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º - As contratações autorizadas pela presente Lei se darão exclusivamente para atender à demanda emergencial do serviço público, de modo a suprir as necessidades temporárias da Administração no cumprimento de seus serviços.

Parágrafo único – As contratações de que trata esta Lei serão para os seguintes cargos:

I – 06 (seis) Auxiliares Administrativos I;

Art. 3º - As contratações de que trata a presente Lei serão feitas por um prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo haver prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada.

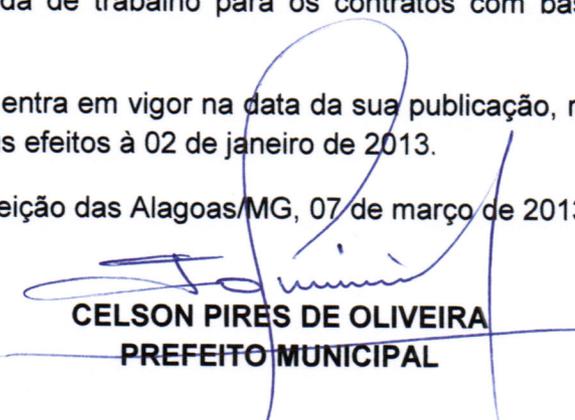
Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei serão custeadas com recursos do orçamento vigente.

Art. 5º - O vencimento dos contratados nos termos desta lei será o valor inicial do vencimento da carreira do respectivo cargo.

Art. 6º - A jornada de trabalho para os contratos com base nesta Lei será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2013.

Conceição das Alagoas/MG, 07 de março de 2013.



CELSON PIRES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL